

Edição especial

BRASTECE

Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos
de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento

CEASAS MAIS MODERNAS

PL 174/2011
Uma lei
para salvar
as Ceasas

Entenda porque
a lei pode mudar
até a alimentação
do brasileiro

Ceasa não pode
ser alvo de tarifas
Alysson Paolinelli

O Futuro Certo
para as Ceasas
Balanço da Gestão
2011 - 2013

Presidente Virgílio Villefort

BRASTECE
Confederação Brasileira das Associações e Sindicatos
de Comerciantes em Entrepósitos de Abastecimento



DEPOIMENTO

JUNJI ABE

RUMO À MODERNIZAÇÃO



Junji Abe, deputado federal (PSD-SP)

É vital e urgente transformar em lei federal o projeto (PL 174/2011). Como relator da proposta na Capadr (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural), tivemos a satisfação de aprovar um relatório elaborado a partir da maciça participação de autoridades do governo e lideranças clássicas ligadas à operação de sistemas do gênero.

As transformações já chegam com atraso. Serão a base do marco regulatório para a criação e funcionamento das centrais de abastecimento no País.

Aponto, com absoluta convicção, a necessidade de mergulhar as Ceasas (Centrais de Abastecimento) de todo o Brasil num banho de modernidade, capaz de compensar mais de meio século de atraso estrutural e operacional das unidades que funcionam com assombrosa precariedade em prejuízo da cadeia produtiva completa - dos produtores aos consumidores.

Para viabilizar os empreendimentos adequados, defendendo as PPPs (parcerias público-privadas) destinadas à construção de novos entrepostos públicos, ou adequação, revitalização e ampliação dos já existentes. Também entendo que a gestão dos empreendimentos após o novo marco regulatório tem de ser tripartite ou até quadripartite. Cada entreposto deveria ser gerenciado por uma comissão composta por representantes do poder público, dos produtores, dos permissionários, dos co-

merciantes (atacadistas e varejistas) e dos consumidores. Só assim, com o envolvimento direto dos agentes das cadeias produtivas, a central de abastecimento estaria apta para operar da melhor forma possível.

Unidos, podemos mudar uma realidade cruel que ameaça o bem-estar do povo brasileiro. É sabido que o completo abandono e sucateamento das Ceasas no Brasil se deve à péssima atuação do Governo Federal na gestão das unidades - atualmente as de São Paulo e Minas Gerais. O descaso está materializado no entreposto paulistano da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo). Passaram-se 54 anos da sua inauguração e a Ceagesp não recebeu uma única melhoria.

Não bastassem as instalações primitivas, o local tornou-se totalmente inadequado, sem condições de ampliação e o mais grave: três a quatro vezes por ano sofre enchentes de grandes proporções. As mercadorias ficam boiando e o que se salva vira risco à saúde dos consumidores, porque a maioria dos produtos é ingerida in natura.

Por todos esses motivos, empreendemos esforços no sentido de viabilizar um relatório abrangente para que o teor do projeto contemple três focos básicos de visão: o do produtor rural, o do permissionário e o do consumidor. Os dois primeiros precisam de um entreposto moderno, acessível, instalado em local onde não haja restrição à circulação de veículos de carga, com logística apropriada e conexões rápidas com principais rodovias e acessos, interestaduais e intermunicipais, além de pro-

“*As transformações já chegam com atraso. Serão a base do marco regulatório para a criação e funcionamento das centrais de abastecimento no País.*”

“*Unidos, podemos mudar uma realidade cruel que ameaça o bem-estar do povo brasileiro*”

ximidade ou elo direto com a malha ferroviária. Além disso, a sociedade quer um sistema operacional transparente para a venda dos produtos, monitorado por dispositivos que possibilitem a confiabilidade entre os agentes da cadeia produtiva. Os preços têm de ser reais e transparentes para que sejam, de fato, referência nacional.

Quanto às expectativas dos permissionários, contemplamos no parecer a principal preocupação da classe, que é a forma de ocupação dos pontos existentes no novo modelo de entreposto. Não basta determinar o vencedor pela melhor oferta por cada espaço, considerando uma licitação onerosa. É indispensável estabelecer a obrigatoriedade de o interessado haver atuado no ramo, com experiência mínima de dez anos. Além disso, nosso relatório aprovado pela Capadr prevê a prorrogação do contrato de concessão ou permissão remunerada de uso por até 25 anos.

Tais exigências se devem às particularidades das mercadorias negociadas, como a sazonalidade e alta perecibilidade dos produtos. Um marinheiro de primeira viagem que se aventure a trabalhar na área tende a causar grandes perdas e até comprometer a segurança alimentar do consumidor. A concorrência simples, baseada na oferta de melhor preço pelo ponto, valeria para instituições como bancos, restaurantes, lanchonetes e lojas de insumos, entre outros.

Na visão do consumidor, a central de abastecimento tem de agregar um pacote de vantagens. Desde a garantia da qualidade do que ele consome até o pleno acesso aos produtos, à metodologia de cultivo e às circunstâncias em que a mercadoria sai do campo e chega a sua mesa. Vou mais longe: um entreposto moderno precisa ter pavilhões de exposições e espaços apropriados para representantes de insumos, máquinas e implementos

agrícolas mostrarem seus destaques à cadeia produtiva.

Como presidente da Pró-Horti (Frente Parlamentar Mista em Defesa do Segmento de Hortifrutiflorigranjeiros), defendo a instalação de megacomplexos do agronegócio para cumprir as funções de centrais de abastecimento. A ideia é concentrar num só local as operações de comercialização e distribuição de produtos agrícolas e também de insumos.

A pretendida unidade seria dotada de estruturas física e operacional adequadas, incluindo sistemas para leilões eletrônicos, além de oferecer pavilhão de exposições, espaços para eventos e equipe de assistência técnica ao produtor, entre outros recursos.

Os pretendidos megacomplexos poderiam incluir um centro de formação técnica de lideranças e multiplicadores no segmento da policultura. O treinamento de profissionais especializados na difusão de técnicas de plantio, estratégias de comercialização, organização em cooperativas e outros temas relacionados à atividade faz parte da nossa proposta para revolucionar o conceito de reforma agrária.

Os futuros beneficiados com a cessão de terras por parte do governo federal precisam receber, antes, todo treinamento e, depois, assistência técnica para produzir com eficiência e rentabilidade. Os agentes de formação rural viriam dos megacomplexos que pretendo ver concretizados.

Vale frisar que nosso relatório se limitou a aperfeiçoar o projeto que tem uma essência muito boa, porque trata a questão do abastecimento de modo profissional. É de extrema importância para melhorar a tão carente rede de entrepostos públicos. Contempla as expectativas de reforma, ampliação e construção de modernas unidades, reivindicadas há tempos por todos os elos da cadeia produtiva para garantir a qualidade dos produtos, menores custos e atendimento eficiente ao consumidor.

Após a aprovação do nosso relatório pela Capadr, o projeto seguirá para as comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramita de modo conclusivo pelos órgãos técnicos da Casa. Ou seja, havendo consenso quanto à aprovação, a matéria será endossada sem necessidade de votação em Plenário. Permanecemos alertas, monitorando o trâmite da proposta e nos desdobrando pela rápida aprovação.